

UM OLHAR SOBRE O NORDESTE: a contribuição técnico-científica da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - Brasil (1885-1932)

Angela Lúcia Ferreira

George Alexandre Ferreira Dantas

Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Brasil
e Pesquisadores do Grupo Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo

Yuri Simonini

Pesquisador do Grupo de Pesquisa História da Cidade,
do Território e do Urbanismo

Resumo

A criação e os esforços para manter os periódicos das associações profissionais e científicas foram fundamentais para consolidar o processo de formação da cultura técnica moderna no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Ainda limitadas às dificuldades de circulação e a um reduzido corpo técnico, essas publicações configurariam uma arena pública que incorporou debates nacionais articulados desde então: necessidade de conhecimento e de integração do território, políticas centrais de circulação e comunicação, entre outros. Nesse contexto, a Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro empenhava-se em desvelar um Brasil pouco conhecido. Compreender o papel desse periódico na construção de um pensamento próprio sobre a região Nordeste constitui o objetivo deste trabalho. A análise documental se faz a partir do material publicado entre 1885, ano da sua criação, e 1932, quando divulga artigo emblemático sobre o tema. Os estudos sobre os índices pluviométricos irregulares, a descrição da paisagem física e as crônicas de viagem à região proporcionaram novo olhar cujos contornos aprofundam a discussão acerca da conformação da “dimensão técnica das secas” e permitem o entendimento da formulação dos projetos nacionais (de transformação e controle do território) no âmbito técnico-científico, na virada para o século XX.

Palavras-Chave: cultura técnica moderna, pensamento geográfico, Nordeste/Brasil

Considerações iniciais

As diversas sociedades geográficas europeias criadas no transcorrer do século XIX podem ser entendidas no contexto da busca por um maior conhecimento sobre regiões ainda pouco conhecidas no globo terrestre. Essas associações científicas agiam “(...) como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração, (...) e contribuíam para cobrir os vazios de informação sobre o mundo e fornecer elementos para a sua reconfiguração no plano representacional” (PEREIRA, 2005, p.113). Além disso, compartilhavam uma característica de incentivo da circulação de ideias por meio de

congressos internacionais, troca de correspondências e divulgação e permuta de publicações científicas no mundo inteiro (CARDOSO, 2005).

A primeira sociedade a ser constituída foi a *Societé de Géographie de Paris*, em 1821, – seguidas da Sociedade Geografia de Berlin, 1828, e a britânica *Royal Geographical Society*, 1830 – que se tornou o modelo para a fundação de várias outras agremiações entre os anos de 1870 a 1914, período de auge das sociedades de geografia no mundo (CAPEL, 1981; CARDOSO, 2005). Embora existisse uma primazia pelo interesse científico, havia, na realidade uma forte conotação geopolítica, já que, segundo Horacio Capel (1981, p.173), “la geografía se convirtió desde la segunda mitad del siglo XIX en una ciencia al servicio de los intereses imperialistas de los países europeos”.¹

A questão política presente nas sociedades de geografia ganharia novos contornos no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX. A escala continental do país consistia num empecilho aos estudos sobre o seu território o que acarretava o desconhecimento, de maneira geral, das potencialidades de desenvolvimento da nação e, sobretudo, na incapacidade de integração do país. Ademais, a própria sociedade brasileira pouco tinha noção ou consciência da dimensão e da diversidade existente em todos os rincões do país. Esse desconhecimento fora um tema recorrente nos relatos de viajantes na primeira metade do século XIX, como Robert Walsh, e uma preocupação crescente, desde então, dos intelectuais e literatos brasileiros preocupados com a questão da Nação e da nacionalidade (SUSSEKIND, 1991, p.61-63); ademais, essa busca pelo conhecimento geográfico pleno do país seria uma das motivações para a realização do Atlas do Império do Brasil, elaborado por Cândido Mendes de Almeida e publicado em 1868 (ALMEIDA, 1868, p.7, col. 1- 3).

O surgimento da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ – em 1883 se deu num momento “de crise do poder imperial e crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial” (PEREIRA, 2005, p.113). Os intelectuais envolvidos pleiteavam, segundo Luciene Pereira Carris Cardoso (2005, p.85):

(...) conhecer o Brasil, resolver os grandes problemas nacionais daquela época, como a questão da mão-de-obra, o melhor escoamento da produção para os portos, a construção de via de comunicação, sejam estradas de rodagem ou estradas de ferro.

¹ Não é a toa que as primeiras sociedades geográficas são provenientes de Estados marcadamente imperialistas: França, Alemanha e Inglaterra.

Isso só seria possível a partir de viagens exploratórias ao interior do Brasil cujos relatos e reminiscências seriam publicadas conforme o estatuto da SGRJ que, naquele momento, determina a sua difusão para “todos que se interessam pelo progresso das ciências” (INTRODUÇÃO, 1885, p.3).

Dentre as regiões ainda pouco conhecidas, no final do século XIX, destacava-se a que viria a ser denominada de “Nordeste Brasileiro” uma grande extensão do território nacional que frequentemente sofria com os efeitos das irregularidades pluviométricas. Em meio às discussões sobre o papel da SGRJ e, mais especificamente, acerca da contribuição da Revista da Sociedade, que apresentava e representava as suas ideias, para a constituição e a circulação do conhecimento sobre a dimensão física do território do Brasil², surge um objeto em construção: a região Nordeste como espaço social, cultural e, neste caso, geográfico, cujos elementos de diferenciação e limites vinham sendo definidos principalmente a partir da problemática das secas (ALBUQUERQUE JR, 2001) e, mais ainda, como se tem discutido (FERREIRA, DANTAS e FARIAS, 2008; 2006), a partir da compreensão do fenômeno climático como um problema técnico. Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em levantar elementos para entender o papel da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro na estruturação de um pensamento próprio sobre a região Nordeste, procurando articular um importante debate sobre a história da formação territorial brasileira.

Busca-se inserir, assim, a Revista da Sociedade na trama de relações (institucionais, profissionais e mesmo pessoais) que forjaria a cultura técnica moderna no Brasil, que teve as “secas” como uma das suas questões candentes desde a década de 1870, pelo menos. Essa premissa permite articular, portanto, as metas abrangentes que marcaram a atuação e o perfil editorial da Revista da Sociedade ao longo de quase meio século (1885-1932) com uma discussão – que interessa diretamente ao projeto de pesquisa que move o interesse dos autores deste artigo³ – que vinha se desenrolando também em outros periódicos, em círculos profissionais e políticos, na formulação das políticas de planejamento e ação de comissões e órgãos estatais.

Para tanto, o trabalho se estruturou em dois itens: inicialmente tece-se alguns comentários sobre a criação da SGRJ, seus objetivos e valores e a publicação do

² Neste sentido, deve-se chamar a atenção para os trabalhos da pesquisadora Luciene Pereira Cardoso sobre a SGRJ (2009; 2008).

³ Projeto com apoio financeiro do CNPq, intitulado “Cultura técnica, projetos e reconfigurações urbanas e territoriais (Nordeste/Brasil, 1850-1930)”, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa História da Cidade, do território e do Urbanismo, vinculado ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Brasil.

periódico daqueles que compunham a sociedade; em seguida analisou-se os relatos feitos pelos associados sobre as questões ligadas ao fenômeno climático das secas.

Uma sociedade para descobrir o Brasil e uma revista para conhecê-lo

Em 25 de fevereiro de 1883, um grupo de intelectuais se reunia nas dependências da Escola Pública da Freguesia da Nossa Senhora da Glória a convite do então Senador Manoel Francisco Correia. Entre esses 79 partícipes, encontravam-se engenheiros, advogados, médicos, militares, enfim entusiastas da geografia que “(...) compartilhavam da ideia do utilitarismo da ciência e da crença no progresso da nação brasileira” (CARDOSO, 2005, p.80)⁴. O desígnio da reunião era clara: a criação de uma sociedade geográfica cuja principal justificativa encontrava-se na escala continental do Brasil,

(...) em que muito resta ainda verificar, quer como relação á sua extensão territorial, limites, orografia e hidrografia, quer com relação ás imensas regiões, que ainda possui no abandono, e cujos recursos a ninguém tem sido dado apreciar devidamente, ou sobre os quase existem esparsos, sem a precisa coordenação, os pouco documentos, que antigos estudos por ventura conseguiram organizar (INTRODUÇÃO, 1885, p.3).

E acrescenta como principal objetivo da SGRJ o de preencher,

(...) a lacuna, ha muito tempo sentida, de uma sociedade nacional, que tome a seu cargo o estudo, discussão, investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações; e com a especialidade o estudo e conhecimento dos factos, e documentos concernentes á geografia do Brasil (INTRODUÇÃO, 1885, p.4).

O Brasil contava com outras duas instituições que igualmente desempenhavam algumas das atribuições arrogadas pela SGRJ: o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro – atual IHGB, fundado em 1838 – e a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa – instalada na corte desde 1878. Contudo, em relação ao primeiro, embora tenha a sua importância para os estudos geográficos do país, a “(...) complexidade dos seus fins, e principalmente a maior concentração da sua atividade nos

⁴ Esses entusiastas acolheram o convite – transcrito na ata de fundação – assinado por um grupo de intelectuais, dentre eles Manoel Francisco Correia, Antonio José Henriques, João José Pizarro, Venceslao Guimaraes, Jozé Antonio Rodrigues de Oliveira Catambry, Henrique de Beurepaire Rohan, Alexandre Affonso de Carvalho, Dr. Licinio Chaves Barcellos, Antonio Paula de Freitas, Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa, Luiz Alvares de Azevedo Macedo, Antonio Coelho Rodrigues, Henrique Cesidio Samico, Joao Carlos de Souza Ferreira, Fernando Mendes d’Almeida, Francisco Manoel Cordeiro de Souza e João Pires Farinha. E destaca-se dentre os sócios fundadores: Barão de Tefé, Alfredo d’Escrangole Taunay, Andre Gustavo Paulo de Frontin, Francisco Pereira Passos, Tristão de Alencar Araripe (ACTAS...1885, p.177-179).

estudos históricos deixam manifesta a conveniência de se confiarem aqueles assumptos a uma associação especial, que d'eles se cogite expressamente” (INTRODUÇÃO, 1885, p.4)⁵. E sobre a associação portuguesa, afirmava-se que se tratava apenas de uma seção cujos interesses encontravam-se mais ligados à Lisboa do que ao Brasil.

A exemplo de diversos grêmios similares fundados ao longo do século XIX⁶, prevalece na SGRJ a importância da participação do Brasil em congressos e exposições com os seus trabalhos, notadamente os produtos das viagens exploratórias realizadas. Além disso, clamava pela publicação desses trabalhos, uma vez que se considera como um “(...) veículo poderoso da educação popular, dos fatos gerais do solo pátrio” (INTRODUÇÃO, 1885, p.8). Intenções similares às encontradas nas contrapartes internacionais que faziam apologia a difusão do conhecimento científico à sociedade. A respeito desses periódicos, Capel (1981, p.230) acrescenta:

En siglo XIX, las revistas geográficas de información general adquieran una rápida difusión. Las innovaciones técnicas que permitieron abaratar la impresión del grabado e, posteriormente, la fotografía, hicieron posible acompañar el texto de ilustraciones más o menos pintorescas. Pero junto a estas revistas de difusión amplia aparecieron otras más especializadas editadas por entidades científicas: institutos cartográficos, sociedades geográficas y, a finales del siglo XIX, departamentos universitarios.

Atendeu-se a se clamor em 1885, com a fundação do Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro⁷, cujo primeiro redator-chefe foi o engenheiro Antônio de Paula Freitas – que se manteve no cargo até 1894. A criação desse periódico atendia a dois interesses distintos: primeiro, contribuía para a consolidação de uma cultura técnica, em formação, no Brasil; segundo, mesmo com limitações de circulação e público-alvo reduzido, a revista incorporava os debates acerca necessidade de conhecimento e de integração do território brasileiro; o que acarretou, nas palavras de Cardoso (2005), no início efetivo das atividades acadêmicas. Sobre a geografia, o periódico ressaltava a sua missão em relação ao seu objeto de estudo:

Desde logo a Geografia entra na ordem dos estudos necessários, como uma ciência, a que a humanidade se prende pelos laços mais íntimos,

⁵ Sobre os princípios e as concepções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver SCHWARCZ. Lilia Katri Moritz. *Os Institutos Históricos e Geográficos*. Os guardiões de nossa história oficial. São Paulo, Idesp, 1989.

⁶ Vale salientar que o período compreendido entre 1870 a 1890 foi marcado pelo surgimento de várias sociedades geográficas; Segundo dados do *Boletín de la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos* (apud CAPEL, 1981), entre 1880 a 1889, fundaram-se 28 agremiações científicas análogas.

⁷ No ano seguinte, o Boletim passaria a se chamar “Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”.

firmando não somente o dever de conquistar a Terra, como a necessidade de conhecê-la profundamente. Esta ordem suprema ergue-se em uma obrigação imperiosa prescrita á inteligência e á atividade humana (INTRODUÇÃO, 1885, p.6-7).

A necessidade de uma padronização dos trabalhos se manteve presente nos artigos iniciais do periódico, como o que tratava sobre o *Diccionario de Geographia do Brazil* e o *Questionário Geographico*. O primeiro consistia numa proposta para a criação de uma obra cuja justificativa consistia no desconhecimento do território brasileiro “(...) em todas as suas individuações geográficas; e cumpre bem conhecermos o nosso país” (DICCIONARIO, 1885, p.85). Embora já existissem trabalhos similares anteriores – como o “Diccionario Topographico do Brazil”, do sen. José Saturnino da Costa Pereira e “outro composto por um cidadão francês, Miliet de Saint Adolphe” (DICCIONARIO, 1885, p.86) – essas obras consistiam em esforços individuais e locais além de serem considerados antigos e atrasados.

Nesse sentido, a SGRJ – por meio de um parecer incluído na íntegra na revista – aprovou a moção da publicação do *Diccionario Geographico do Brazil*, sob a direção de Alfredo Moreira Pinto. Na deliberação, favorável, a comissão ressaltava que,

a obra interessa em geral ao império, e a cada uma das províncias em especial, porque de todas elas trata, mencionando e descrevendo as suas cidades, vilas e povoados, assim como os seus rios, lagos, montes e outros accidentes do território, com informações estatísticas e administrativas (DICCIONARIO, 1885, p.87).

Já o segundo, com o intuito de auxiliar e fomentar a produção de “qualquer trabalho atinente ao progresso da geografia do Brasil” (QUESTIONÁRIO, 1885, p.91), formulou-se um questionário que apontasse os assuntos mais pertinentes às aspirações da SGRJ. Composto por 26 itens, o questionário tratava desde aspectos gerais concernentes ao território brasileiro à questões de relevo, orografia, cartografia, estatística e demografia e descrição das vilas e povoados.

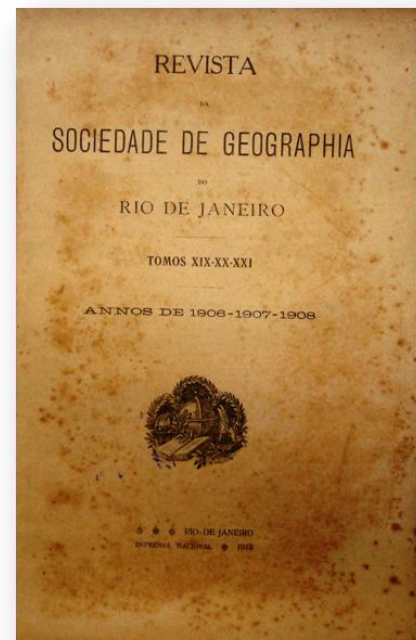


Figura 01: Tomos XIX a XXI da Revista da SGRJ, editada em 1913.

Fonte: IEB; Acervo digital do HCurb

Estruturalmente, a revista contava com as seguintes comissões: Geografia Física; Geografia Política; Geografia Matemática; Geografia Americanista e Redação. De acordo com o índice de artigos publicados entre 1885 a 1893, percebe-se a variedade dos temas tratados na revista, com especial atenção as questões centradas no conhecimento sobre o território brasileiro (Figura 02).

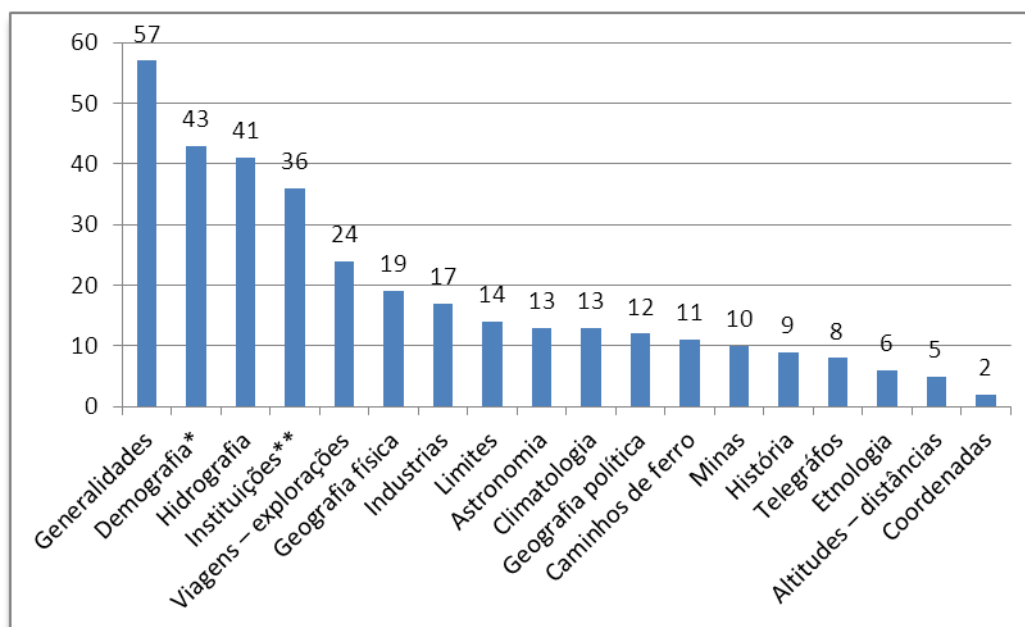


Figura 02 – Relação dos temas encontrados na Revista da SGRJ, entre os anos de 1885 a 1893.

Fonte: INDICE..., 1885. *Incluía também questões sobre Geografia Médica [9]; ** Soma-se artigos sobre Congressos [12] e exposições [7].

Nota: Elaborado pelos autores

Embora não haja informações sobre a tiragem dos exemplares da revista nem do seu alcance dentro país, verifica-se ainda assim, a partir do envio de seus números a diversas instituições estrangeiras, a amplitude dos contatos estabelecidos – e que, infere-se, igualmente a SGRJ recebesse edições das ditas associações – e como o conhecimento sobre a geografia circulava no mundo, conforme mostra a Tabela 01:

Tabela 01 - Lista de instituições e revistas que permutavam publicações com a SGRJ

Origem	Quantidade	Origem	Quantidade
Francesa	30	Portuguesas	06
Alemãs	08	Espanholas	04
Europeias (outras)	08	Belgas	03
Norte-americanas	08	Canadenses	03

América Latina (outras)	07	Italianas	03
América Central (outras)	06	Russas	03
Argentinas	06	Australianas	02
Mexicanas	06	Filipinas	01
Total			104

Fonte: SOCIEDADES..., 1896-1897, tomo XII

Nota: Elaborado pelos autores

Entretanto, problemas financeiros acarretaram em diversas paralisações na publicação da revista. Na virada para o século XX, o redator, Antonio de Paula Freitas, teceu um breve relato sobre a interrupção da revista e a retomada no tomo referente aos anos de 1898 a 1900, acrescentando: “o fato não se dá por falta de trabalhos, e apenas no intuito de reduzi-lo às proporções compatíveis com os recursos de que presentemente pode a Sociedade dispor para esse fim” (A SOCIEDADE..., 1898/1900, p.3). E novamente interrompida – inclusive com o ocaso da SGRJ – entre os anos de 1902 a 1906, quando “(...) a Sociedade amargou dias de desalento, quando, em fins daquele ano [1906], um grupo de sócios tomou sobre ombros a tarefa de reerguer a utilíssima instituição”. (A NOSSA..., 1902, p.1)⁸. Reerguida, a SGRJ retomaria as suas atividades e firmaria a sua posição como uma sociedade científica com a realização de quatro congressos nacionais, entre 1909 a 1913 e principalmente durante os festejos do centenário da independência do Brasil, com a publicação do primeiro volume do *Geographia do Brazil*, uma obra síntese dos aspectos físicos e culturais do país (A GEOGRAPHIA..., 1912/1922).

O desejo da consolidação da geografia como uma área de conhecimento autônoma começou a ganhar contornos concretos em 05 de maio de 1926, com a criação do Curso Superior Livre de Geografia, sob os auspícios da SGRJ. À exceção do pagamento da matrícula no valor de 10\$000 – para custear a compra de livros e de revistas –, o curso era gratuito e se iniciaria no dia 25 do dito mês com a lição inaugural, proferida pelo Prof. Dr. Everardo Backheuser (CURSO..., 1926/1927, p.73). Apesar de não expor de forma clara a duração do curso, o plano de aulas determinava quais seriam as disciplinas ministradas:

⁸ Convém destacar que embora a retomada das atividades da SGRJ – e da revista – tenha se dado em 1906, somente em 1912 conseguiu-se publicar as edições anteriores.

Tabela 02: Currículo escolar do Curso Superior Livre de Geografia, da SGRJ

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
16h às 16h50	Fisiografia Paleografia	Cosmografia	Ecologia Oceanografia	Fisiografia Paleografia	Cosmografia
17h às 17h50	Métodos estatísticos Cartas Geográficas	Meteorologia Climatologia	Métodos estatísticos Cartas Geográficas	Meteorologia Climatologia	Aula Prática

Fonte: CURSO..., 1926/1927.

Nota: Elaborado pelos autores

Na preleção de abertura do curso, o professor da Escola Politécnica, Dr. Everardo Backheuser disserta acerca da “nova concepção da Geografia”. Inicialmente, recorre às palavras do geógrafo alemão Erich Obst que afirmava que a Geografia é “(...) ao mesmo tempo, uma das ciências mais antigas e uma das ciências mais modernas” (BACKHEUSER, 1926/1927, p.75). E, ao estabelecer os objetivos primordiais de estudo, Backheuser (1926/1927, p.84) define a Geografia moderna como “(...) a ciência que estuda as relações de interdependência, ou seja, as ações e reações que entre si exercem os fatores: - solo, clima e homem, em uma certa e determinada região da superfície da Terra e em um dado momento da sua Historia”.

Por fim, conclama aos alunos a tarefa de se tornarem os geógrafos do Brasil reunindo e sintetizando todas as informações necessárias para o pleno conhecimento do território brasileiro, um trabalho “(...) contínuo, ininterrupto e sempre brilhante” (BACKHEUSER, 1926, p.89). A essa missão, diversos outros exploradores se lançaram anteriormente para os recônditos ainda desconhecidos da nação. Dentre eles, o Nordeste, conhecido desde tempos coloniais, mas ainda desconhecido para muitos.

Contra um “Norte” impreciso

Os textos que tratam, direta ou indiretamente, da região Nordeste na Revista da Sociedade ajudam a entender a construção dessa problemática específica. Os pontos inicial e final do recorte aqui proposto são significativos: das notícias sobre os trabalhos no Rio São Francisco, em 1887, que nem mesmo nomeiam a região – ainda atrelada assim à divisão imprecisa do Império entre províncias do Norte e do Sul – até o relato, de

tom empolado e livresco, do general Alfredo Malan de suas viagens ao Sertão, em 1932 – quando a palavra Nordeste e seus derivativos já eram correntes. Percebe-se um longo processo de formação de investigação, de trabalhos de campo, de especulações teóricas e técnicas que subsidiaram os esforços para conhecimento e delimitação do território do Brasil e que, em consequência, implicariam na construção de uma geografia precisa do país.

A autointitulada “breve notícia” sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, apresentada em sessão de junho de 1886, pelo engenheiro civil Antonio Amarante, exemplifica o esforço valorizado pela SGRJ de dar a conhecer o Brasil como subsídio para os projetos de modernização e transformação material da paisagem. O copioso texto, depois de uma introdução com informações gerais (detalhes físico-geográficos, nascentes, cursos, cachoeiras, materiais e mão-de-obra disponíveis às margens etc.) sobre o “grande rio [da] costa oriental do Brasil”, se detém nas minúcias dos levantamentos efetuados pela Comissão, cujo objetivo central, mas não único, deve-se dizer, era garantir a navegabilidade em seu longo curso. “Caminhos que andam”, os rios deveriam fazer parte de um sistema de circulação nacional: “entre os meios de dotar uma região com melhoramentos de real eficácia para o desenvolvimento, progresso e bem estar de seus habitantes, as vias de comunicação fácil e segura merecem interesse especial” (AMARANTE, 1887, p.165).

A região aí é antes um território fragmentado, cuja possibilidade de integração funda-se na construção de um sistema de circulação e de comunicação. Ao invés do rio – e das bacias hidrográficas, de maneira geral – como elemento da natureza tão-somente, tratava-se o rio como elemento estruturante do sistema, do qual deveriam fazer parte as estradas de ferro. Diria o autor:

Com as estradas de ferro que vão ter às margens do majestoso rio, e uma vez melhorada e estabelecida a navegação deste, todos esses elementos de grandeza e de prosperidade se desenvolverão, concorrendo eficazmente para o progresso e bem estar de uma população já crescida, e que presentemente se pode computar em perto de 100.000 almas (AMARANTE, 1887, p.180).

As secas, nesse sentido, acabariam entrando como um dado para organização do cronograma de atividades: aproveitavam-se as chamadas estações da seca para acelerar os trabalhos de desobstrução de leitos, ampliação de canais navegáveis, etc. (cf. e.g. AMARANTE, 1887, p.175).

Mas, dentro das diversas realidades geográficas do Brasil, que região era essa por onde transitavam engenheiros como Francisco Amarante? Percebe-se um esforço constante, que, deve-se lembrar, é o moto fundante da SGRJ para uma delimitação mais complexa do país, a partir da observação e registro contínuos dos dados geográficos, como o do regime das chuvas – que interessariam diretamente à discussão sobre as províncias afetadas pelo fenômeno climático das secas. O professor e sócio da SGRJ, e.g., professor F. M. Draenert, proporia uma divisão mais específica do país de acordo com o regime das chuvas (DRAENERT, 1888).

De fato, essa discussão – e o acúmulo de dados, leituras e proposições – seria recorrente na Revista. Em relação às províncias do Norte, o tema voltaria à tona em 1890, em publicação de conferência proferida pelo cidadão José Leão. Relato singular que revela, com um olhar leigo, o incômodo com os usos das palavras Norte e Sul para falar das partes do Brasil. O esforço é por uma definição mais precisa do que seria o Norte:

Ao meu ver, o *norte* compreende talvez o *antigo bispado* de Pernambuco, menos do que a *antiga capitania*; é aquela porção de terras entre o S. Francisco e o Parnaíba, até o ponto em que as nascentes deste mais se aproximam do curso daquele; é a zona justamente atribulada pelas secas, pelas dificuldades climatéricas” (p.49-50, grifos do autor).

José Leão não deixou de comentar, ademais, os problemas para a consecução e, antes ainda, o planejamento das linhas de circulação fundamentais para a integração desse norte mais específico às “zonas férteis do sul”. O que é mais importante, contudo, é essa especificação do norte como aquele conjunto de províncias ou, mais ainda, como uma região cujo recorte se define pelas “secas”.

Mais de uma década depois, Orville Derby, geógrafo norte-americano e chefe da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1904), apontaria para uma discussão mais específica ainda. No artigo oferecido à SGRJ, Derby analisou o problema do regime de chuvas na “região das secas”, assunto que, afirmava, não se encontrava presente nos debates de até então (DERBY, 1906). Segundo o geógrafo, o desconhecimento dos índices pluviométricos por parte do governo e das comissões de combate às secas acarretou em erros de planejamento nas intervenções naquela região.

Ao citar como exemplo a região das Chapadas Altas norte-americanas – que possui semelhanças com o semi-árido nordestino –, Derby esclareceu como o desconhecimento da dinâmica climatérica pode acarretar em prejuízos econômicos. Logo, segundo o articulista, dever-se-ia prevalecer a cultura pastoril nas áreas cujos índices

pluviométricos sejam baixos e nas áreas úmidas a atividade agrícola, incluindo questões ligadas a infra-estrutura necessária: "É intuitivo que os melhoramentos adequados a uma população pastoril são diferentes dos exigidos por uma população agrícola". E complementa: "A fim de evitar erros custosos a este respeito, convém quanto antes tratar de colher os dados necessários para a delimitação das diversas áreas pluviométricas do país e a determinação da capacidade agrícola de cada uma" (DERBY, 1906, p.22).

Esses estudos que permitiriam construir um olhar detalhado sobre as regiões que comporiam esse Norte específico se avolumariam, principalmente, nos anos 1910, com o incentivo e patrocínio da Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 1909.

Independente do registro dos primeiros usos da palavra "Nordeste", fato é que em meados da década de 1920 o seu uso tornara-se corrente, como o demonstram vários textos e documentos, como o Livro do Nordeste, organizado por Gilberto Freyre em 1925. Textos publicados na Revista da Sociedade, desde os mais científicos, como o extrato dos estudos do professor Otto Quelle (1932, p.59-62) ou os relatos de viagem do General Alfredo Malan, atestam essa nova delimitação (MALAN, 1932, p.63-96). Mesmo os estudos de Gustavo Barroso, na seara das pesquisas etnográficas e de psicologia social das primeiras décadas do século XX, vai tomar como um dos dois pólos dominantes das chamadas "populações do Nordeste" o Sertão; sertão esse que se equipara ao de Euclides da Cunha, o sertão de Canudos, de Vaza-Barris, de Juazeiro, da paisagem da caatinga, da recorrência das secas (BARROSO, 1926/1927, p.49-70).

Considerações finais

A título de provocação, pode-se inferir que a imprecisão sobre o território nordestino – e de outras regiões indômitas do Brasil – influenciou sobremaneira nos rumos editoriais da revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Verifica-se nos artigos publicados no periódico uma diversidade de temas e de pensamentos que impossibilita a construção ou a leitura de um quadro consistente sobre temas específicos, como, e.g., as questões de limites e sobre os mapas hidrográficos. De fato,

A visão imponente de um território de dimensão continental, assentado em referências geográficas substantivas, insuflava, portanto, o sentimento nacionalista nas reuniões da Sociedade, ao mesmo tempo estimulava a proposição de atividades que buscavam descortinar o Brasil aos brasileiros (CARDOSO, 2010, p.81).

O que se percebe é o esforço para publicizar o máximo de informações que tornasse possível a compreensão do Brasil como realidade geográfica. Daí o uso de extratos de estudos diversos, trechos de relatórios oficiais, relatos de viagem, conferências não especializadas, preleções de aulas, enfim, um material que fomentava os debates, animava a participação dos sócios e a interlocução de idéias, mesmo em âmbito internacional, seguindo o espírito das associações congêneres espalhadas pelo mundo.

Isso se deve, em grande medida, ao fato de que, embora possuísse uma linha de atuação clara, a SGRJ “tratava-se não de uma instituição oficial, nos moldes do IHGB, mas de uma agremiação voluntária movida por interesses comuns” (PEREIRA, 2005, p.121). Isso permitia uma circulação de pensamentos conflitantes, ao contrário do discurso hegemônico encontrado no IHGB. Felix Driver (2001, p. 21-30 apud PEREIRA, 2005, p. 121) denomina esse tipo de agremiação não como um grupo, mas como uma arena, “(...) ideia que traduz bem sua condição de lugar de disputa e não de consenso”.

Dessa forma, o conjunto diverso de textos que compõem o acervo da Revista da Sociedade ajudam a mapear inclusive discussões que não prosperariam no ambiente técnico-profissional e muito menos no político de planejamento e de ações sobre, no caso específico que interessa a este artigo, as obras de combate às secas⁹. O sugestivo estudo do professor Otto Quelle (1932) sobre a abrangência mundial do fenômeno climático – documentando a sincronicidade, desde pelo menos finais do século XVIII, do evento em todo chamado “hemisfério austral”, o que incluiria a África Oriental, Nova Zelândia, Austrália, Ilhas Fiji etc. – não teria ressonância no debate nacional. Antes ainda, o mesmo aconteceria com as invectivas de Orville Derby (1906) por estudos comparativos com as regiões secas dos Estados Unidos.

O olhar da Revista da Sociedade sobre o Nordeste expressa, portanto, na verdade, diversos olhares que circulavam então; olhares que documentam, assim, o processo que levaria de um Norte ainda impreciso e vasto a uma região que se definiria, em grande medida, pelos limites geográficos do fenômeno climático das secas – limites que se construíram também em meio às disputas técnicas e políticas.

⁹ Registre-se que o Governo Federal reconheceria “entidades como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro como órgão de utilidade pública”, por meio do Decreto Presidencial n.3440, de 22 de dezembro de 1917 (CARDOSO, 2010, p.73).

Agradecimentos:

Os autores gostariam de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelas bolsas e apoio financeiro à pesquisa.

Referências

A GEOGRAPHIA do Brazil commemorativa do centenario da independencia. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 25 a 27, p.149-153, 1912-1922.

A NOSSA revista. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 15, p.1-7, 1902.

A SOCIEDADE de Geographia do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 13, p.3-4, 1898-1900.

ACTAS da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.1, tomo 1, p.177-179, 1885.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

AMARANTE, Antonio. Breve notícia sobre os trabalhos da comissão de melhoramentos do rio S. Francisco. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 3, p.160-182, 1877.

BACKHEUSER, Everardo. A nova concepção da Geographia. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 31, p.75-89, 1926-1927.

BARROSO, Gustavo. Populações do Nordeste. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 31, p.48-70, 1926-1927.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcanova: Barcanova, 1981.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.80-96, jan./jun. 2005.

_____. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o curso superior livre de Geografia (1926-1927). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p.246-256, dez. 2009.

_____. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do séc. XX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.68-84, jan./jun. 2010.

CURSO superior livre de Geographia. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 31, p.73-74, 1926-1927.

DICCIONARIO de Geographia do Brazil. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.1, tomo 1, p.85-89, 1885.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A. F.; FARIAS, Hélio T. M. Pensar e agir sobre o território das secas: Planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920). *Vivência*, Natal, v. 34, p. 41-62, 2008.

_____.Adentrando Sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. *Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 10, p. 1-15, 2006. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-62.htm>>.

INDICE geral das matérias publicadas nos Boletins da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, até o anno de 1893, organizado por J. Arthur de Azevedo. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.1, tomo 1, p.272-284, 1885.

INTRODUÇÃO. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.1, tomo 1, p.3-8,1885.

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões Geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.112-124, jul./dez. 2005.

QUESTIONARIO Geographico. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.1, tomo 1, p.91-96,1885.

SOCIEDADES com que a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro permuta as suas publicações. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tomo 12, p.81-84, 1896-1897.

SÜSSEKIND. Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.